

Políticas de igualdade para a globalização

20-Fev-2009

À JosÀ© Manuel Pureza

1.À A globalizaÃ§Ã£o Ã© uma maneira de falar do mundo. Uma maneira artilosa. De mansinho anuncia a interdependÃncia como realidade, como se todos tivÃssemos passado a depender de todos de modo igual. A globalizaÃ§Ã£o Ã© o discurso da dependÃncia reforÃada de alguns disfarÃada de dependÃncia mÃtua de todos. De mansinho, prescreve o movimento â€“ de bens, de pessoas, de ideias â€“ como lei, como se a circulaÃ§Ã£o do trabalho fosse tÃo livre como a do capital. A globalizaÃ§Ã£o Ã© o discurso da circulaÃ§Ã£o selectiva disfarÃada de liberdade de circulaÃ§Ã£o universal. De mansinho, prescreve modelos polÃticos e econÃmicos como Ãnicos, como se nÃo houvesse alternativas. A globalizaÃ§Ã£o Ã© o discurso da polÃtica liofilizada disfarÃada de polÃtica necessÃria.

2.À A globalizaÃ§Ã£o real exhibe trÃs marcas essenciais A primeira Ã© a da polarizaÃ§Ã£o social e da desigualdade. Os nÃmeros do Banco Mundial sÃo claros: em termos de rendimento per capita, um habitante do paÃs mais rico do mundo (a Noruega) tem 60 vezes mais rendimento que um habitante do paÃs mais pobre (o Burundi); e a regiÃo mais rica do mundo tem um rendimento per capita 20 vezes maior que a regiÃo mais pobre. A segunda marca Ã© a da fragilizaÃ§Ã£o do contrato social e das democracias. O afastamento crescente entre o espaÃo das decisÃes que contam e o espaÃo das instituiÃes que representam os cidadÃos Ã© o outro rosto da governaÃ§Ã£o da globalizaÃ§Ã£o polÃtica e econÃmica por uma nebulosa de estatuto e de contornos indefinidos. A terceira marca Ã© a do esvaziamento do princÃpio da autodeterminaÃ§Ã£o. Fora dos cÃnones da "boa governaÃ§Ã£o" definidos por aquela nebulosa, os Estados sÃo estigmatizados como "falhados", "colapsados" ou "pÃrias", com todas as consequÃncias daÃ- advenientes.

3.À A procura de consensos vagos em torno da satisfaÃ§Ã£o de exigÃncias humanitÃrias mÃnimas ocupa, na ordem global real, o lugar da promoÃ§Ã£o efectiva de todos os direitos humanos para todos. As estratÃgias de reduÃ§Ã£o da pobreza postas em marcha pelo Banco Mundial ou os Objectivos de Desenvolvimento do MilÃnio mais nÃo sÃo do que fÃrmulas de combate Ã pobreza e Ã injustiÃa mais chocantes sem beliscar os mecanismos que as produzem. E, nesse sentido, sÃo acima de tudo tÃcnicas de contenÃ§Ã£o das periferias turbulentas ao mesmo tempo que perpetuam todos pressupostos dessa condiÃ§Ã£o perifÃrica â€“ desde a inserÃ§Ã£o subalterna no comÃrcio internacional atÃ Ã espoliaÃ§Ão dos recursos naturais desses povos por formas vÃrias de bio-pirataria, passando pela extroversÃo da governaÃ§Ã£o desses paÃses ou pelo fechamento das fronteiras dos paÃses mais ricos, tanto Ã s pessoas como aos produtos originÃrios dos paÃses mais pobres.

4.À Neste quadro, uma Esquerda comprometida seriamente com a afirmaÃ§Ã£o de polÃticas de igualdade em escala global tem que situar esse combate em trÃs frentes essenciais.

1.À A primeira Ã© a do respeito pela auto-determinaÃ§Ã£o dos povos, da sua soberania permanente sobre os recursos naturais e da sua soberania alimentar como parÃmetros intocÃveis das polÃticas externas e de cooperaÃ§Ã£o dos demais Estados. A solidariedade com os combates pelos direitos humanos, tanto civis e polÃticos como econÃmicos e sociais, em todo o mundo tem no direito Ã auto-determinaÃ§Ã£o um suporte imprescindÃvel, como Ã sublinhado pelos prÃprios Pactos Internacionais das NaÃes Unidas. A Esquerda da igualdade global rejeita que o humanitarismo sirva de Ãlibi para justificar intervenÃes militares e encara a exigÃncia do princÃpio da responsabilidade de proteger como desafio dirigido, em primeira linha, Ã coerÃncia das polÃticas externas e de cooperaÃ§Ã£o do mundo mais desenvolvido e nÃo como dispositivo de legitimaÃ§Ã£o do intervencionismo internacional.

2. A segunda frente a do reforço quantitativo e qualitativo da cooperação para o desenvolvimento. É urgente que se forme e que ganhe força um grande movimento cívico que reclame o cumprimento das obrigações já muito assumidas pelos países mais desenvolvidos (desde logo, por Portugal), no quadro das Nações Unidas, designadamente quanto à afectação de 0.7% do PIB a ajuda pública ao desenvolvimento. Mas não é apenas de reforço quantitativo que se trata: é necessário que esse movimento social traga para o debate público a urgência de as políticas de cooperação para o desenvolvimento atribuam prioridade à canalização da ajuda para o investimento nos sectores produtivos e na criação de emprego e pautarem-se pelo primado da articulação entre protecção da biodiversidade, valorização e defesa do património genético e soberania alimentar nos países de destino.

3. A terceira frente a das políticas de acolhimento. Ao fechamento, com muros físicos e com outros, que hoje é praticado pelas lideranças europeias de matizes vários, a Esquerda da igualdade global tem que contrapor a exigência de um grande programa europeu de acolhimento de imigrantes e de uma política de protecção internacional efectiva de refugiados e de petição de asilo. Esse programa europeu de acolhimento terá de encontrar prolongamento nas políticas sociais nacionais e europeias, no reconhecimento de direitos políticos aos imigrantes, e na combinação entre universalidade dos serviços públicos essenciais e centralidade das políticas de valorização da interculturalidade.

{easycomments}